

## AL deve injetar R\$ 32 milhões na economia de MT em dezembro

Raphael Moraes



A gestão da primeira-secretaria da Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT) em 2023, liderada pelo deputado Max Russi (PSB), é marcada por dois pilares significativos: o pagamento dos salários dos servidores dentro do mês trabalhado e o reconhecimento nacional pela transparência. Esses aspectos são os principais destaques que evidenciam a eficiência e responsabilidade na condução os trabalhos no legislativo estadual. Tendo como principal atribuição a otimização da aplicação do dinheiro público, Max Russi afirma que tem se apoiado em um sistema de trabalho, onde o intuito é garantir a produtividade, aliada a economia de recursos. Honrar os compromissos da folha, não só com para valorizar os colaboradores, mas também para injetar mais de R\$ 21 milhões mensalmente na economia

PÁG. 3

## Mais de 4% da área de soja terá que ser replantada devido à seca

Marcos Vergueiro/Secom-MT



Pouco mais de 4% da área prevista para plantio da soja em Mato Grosso terá de ser replantada devido à estiagem prolongada que assolou o estado nos últimos meses. A estimativa foi feita pelo Instituto Mato-grossense de Economia Agropecuária (Imea),

que também prevê a possibilidade de redução do potencial produtivo das lavouras, que tiveram seu ciclo encurtado pela falta de chuvas e calor excessivo. Inicialmente, o Imea projetava uma área plantada de 12,2 milhões de hectares, com produtividade estimada

em 59,7 sacas por hectare. Os números ainda não foram revisados pelo Instituto. A redução da produção de soja nesta temporada já é um consenso entre os especialistas do setor, porém, ainda não há certeza quanto à dimensão

PÁG. 8

## MT terá 17 mil em tempo integral

O Ministério da Educação informou nesta semana que Mato Grosso tem 17.529 matrículas garantidas no projeto Escola em Tempo Integral do Governo Federal. Já foram repassa-

dos mais de R\$ 14 milhões para 75 municípios implementarem o estudo com carga ampliada. Ao todo, serão destinados R\$ 54,2 milhões, garantindo 8.996 matrículas na rede estada-

al e 8.533 na rede municipal. Em Mato Grosso, Cuiabá é a cidade com o maior número de matrículas previstas no estado. São 1.178 vagas na capital

PÁG. 6

## Dilmar vê espaço para Botelho ser candidato

PÁG. 3

**Não vendemos boias, vendemos segurança para seu pandinha.**

Unidade Shopping Estação Cuiabá-MT





**PILARES SIGNIFICATIVOS**

Com salários pagos rigorosamente em dia, Assembleia injeta R\$ 21 milhões por mês na economia; Max é homenageado pela gestão da 1ª Secretaria

# AL injetará R\$ 32 mi na economia

Da redação

A gestão da primeira-secretaria da Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT) em 2023, liderada pelo deputado Max Russi (PSB), é marcada por dois pilares significativos: o pagamento dos salários dos servidores dentro do mês trabalhado e o reconhecimento nacional pela transparência nos atos públicos. Esses aspectos são os principais destaques que evidenciam a eficiência e responsabilidade na condução dos trabalhos no legislativo estadual.

Tendo como principal atribuição a otimização da aplicação do dinheiro público, Max Russi afirma que tem se apoiado em um sistema de trabalho, onde o intuito é garantir a produtividade, aliada a economia de recursos.

Honrar os compromissos da folha de pagamentos, não só com o objetivo de valorizar os colaboradores, mas também de injetar um montante superior a R\$ 21 milhões mensalmente,



Russi defende pagamento de salários dentro do mês trabalhado e foca na eficiência dos gastos na Assembleia

na economia local, rendeu, inclusive, uma homenagem ao ordenador de despesas da Casa de Leis, deputado Max, por parte da Associação dos Servidores Ativos, Aposentados e Pensionistas (Aslen).

Conforme o Controle Interno da Casa de Leis, para o mês dezembro estão previstos mais de R\$ 32 milhões, entre o pagamento da folha e 13º salário.

"Às vezes, não temos o costume de agradecer

à gestão. E a gestão está muito boa, e nós temos que agradecer a quem está à frente da Casa. Estamos em um momento ótimo na área de pagamento, recebendo dentro do mês", agradeceu o presidente

da Aslen, Edwardes de Brito.

Para o parlamentar, embora haja embasamento legal para o salário ser pago até o quinto dia útil do mês subsequente ao trabalhado, é importante o trabalho conjunto da Mesa Diretora, para que esses valores sejam creditados ainda dentro do mês trabalhado.

"Não apenas traz alívio aos servidores e seus familiares, mas movimentamos a nossa matriz econômica e todos ganham. Esses valores são injetados aqui, em nosso estado, movimentamos nosso comércio, gera emprego e renda. Vamos continuar seguindo essa linha, para que todos possam honrar seus compromissos", assegura.

Se o assunto é transparência, ainda no mês de novembro, a Assembleia Legislativa o Selo de Qualidade, categoria Diamante, no 2º ciclo do Programa Nacional de Transparência Pública (PNTP), ocupando o segundo lugar entre as As-

sembleias Legislativas, com 95,25% do índice de transparência. Um salto importante, visto que no ano passado a ALMT recebeu o nível Prata.

"A transparência é essencial e toda a equipe do Controle Interno trabalhou muito para que chegássemos a esse nível, muito importante para ampliarmos esse canal com a população. Ser transparente é fundamental, para que possamos fortalecer uma sociedade mais participativa", avalia Max Russi.

Os selos de qualidade são classificados em Diamante, Ouro e Prata. A certificação é conferida pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon).

Em Mato Grosso, foram avaliados 288 portais dos Poderes Executivo e Legislativo municipais e estaduais, Judiciário, Ministério Público, Tribunal de Contas e Defensoria Pública. Desses, apenas cinco atingiram a categoria Diamante, 17 Ouro e 23 Prata.

## IMPASSE NO UNIÃO

# Dilmar Dal'Bosco vê espaço para Botelho ser candidato

Da redação

Líder do governo na Assembleia Legislativa, o deputado estadual Dilmar Dal'Bosco (UB) revelou na noite de quinta-feira, 30 de novembro, durante ato de filiação do União Brasil no Hotel Hits Pantanal, em Várzea Grande, que

o presidente do diretório estadual do partido, o governador Mauro Mendes, não pretende liberar nenhum correligionário para migrar de legenda, nem mesmo o presidente da Assembleia, Eduardo Botelho, que busca espaço para disputar a Prefeitura de Cuiabá.

Segundo Dilmar, ainda é possível que Botelho seja o candidato do União Brasil a prefeito da capital. Atualmente, Botelho vive um 'cabo de guerra' com o deputado federal Fábio Garcia, que também almeja lançar sua candidatura dentro do partido.

"Eu acredito que o governador não vai liberar ninguém, inclusive o Botelho, que deve ser candidato pelo União Brasil. Eu acho que ele tem todas as condições de ser [o candidato a prefeito] pelo União Brasil", disse.

Dilmar também confirmou que entregou seu

cargo de secretário do União Brasil e que pediu desfiliação, porque pretendia assumir a presidência do Partido da Renovação Democrática (PRD), que nasceu da fusão entre o Patriota e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Segundo ele, faltava autonomia dentro do União Brasil, apesar de seu cargo, mas o problema já teria sido resolvido.

"O União Brasil vem de uma história, vem do antigo Partido Democrático Social (PDS), antiga Arena, Partido da Frente Liberal (PFL), Democratas e União Brasil. Tem toda essa história que tem que se respeitar e não podemos rasgá-la. Fui presidente do partido [DEM] e tinha toda autonomia para fazer qualquer modificação, e é por isso que hoje como secretário [do UB] estou sem autonomia. Devido a isso, fui no último dia 20 entregar minha carta como secretário, porque não tinha autonomia. E

ele [Mauro Mendes] liberou a senha do UB para eu ter acesso para poder filiar novos integrantes, e que estes sejam lançados com a senha que tenho. Agora, isso está sanado e resolvido", declarou.

O União Brasil vive um impasse quanto à candidatura a prefeito de Cuiabá. De um lado, o partido tem o deputado federal Fábio Garcia, que tem o apoio do governador e da primeira-dama, Virgínia Mendes. Do outro lado, o deputado Eduardo Botelho também já declarou que é pré-candidato e goza do apoio de Dilmar Dal'Bosco e dos irmãos Campos, o senador Jayme e o deputado estadual Júlio.

Porém, Botelho já deixou claro que irá buscar uma 'nova casa' se não encontrar espaço para lançar sua candidatura a prefeito. Seu destino mais provável é o PSD, do ministro da Agricultura, Carlos Fávaro.

## EMENDAS PARLAMENTARES

# Governo pede para manter valores



Apesar do pedido do governo, Botelho garantiu que irá alterar orçamento para aumentar valor de emendas parlamentares

Da redação

Presidente da Assembleia Legislativa, o deputado estadual Eduardo Botelho (UB) disse que o Governo do Estado encaminhou uma carta ao parlamento solicitando a votação do texto original da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2024, que não inclui o aumento do valor das emendas parlamentares impositivas.

O aumento dos valores foi determinado pela emenda constitucional nº 111, promul-

gada pela Assembleia no dia 21 de setembro. O texto prevê que o valor das emendas parlamentares deve subir de 1% da receita corrente líquida (RCL) do exercício anterior para 2%. Ou seja, dobra a participação dos parlamentares no orçamento do Estado. O Executivo não aceitou a alteração e recorreu ao Supremo Tribunal Federal (STF) para tentar derrubá-la.

"Eu recebi uma carta do Governo do Estado [mantendo o mesmo

texto] e que desse prosseguimento na votação e nós iremos dar. Vamos fazer as alterações, mas nós gostaríamos que eles fizessem. Porém, já que eles não dando autonomia pra nós, nós vamos fazer. Os parlamentares mesmo vão mudar o orçamento e vamos manter a inclusão do aumento das emendas parlamentares impositivas, em 2% do orçamento do Estado", disse.

Botelho cita que o Governo do Estado ainda aguarda um posicionamento da Suprema Corte sobre a ação que questiona o aumento do valor das emendas parlamentares. Já a Assembleia deve seguir adiante com a alteração, pois o calendário está curto para votação da LOA.

"Eles ainda estão esperando que o Supremo dê uma decisão. Nós vamos prosseguir agora com a LOA após as audiências públicas que são obrigatórias", ressaltou.

A votação da LOA deve ser feita ainda neste ano, antes do recesso parlamentar. Caso não ocorra, já há um entendimento entre os deputados para que a votação seja realizada em janeiro de 2024, de forma a não travar os trabalhos do Executivo.

"Provavelmente a última sessão será dia 20 de dezembro, mas ainda vamos discutir datas. E se não der para votar a LOA, iremos votar em janeiro, caso não ocorra nenhum entendimento", concluiu.

O governo do Estado alega que terá que desembolsar quase R\$ 600 milhões para o pagamento das emendas impositivas dos 24 deputados, o dobro do valor previsto inicialmente. Com o aumento dos valores, cada deputado deve ter mais de R\$ 20 milhões em recursos para direcionar no orçamento de 2024.

**AÇÃO NO STF** - Por hora, apenas a Advocacia-Geral da União (AGU) se manifestou na ação movida pelo governo para impedir o aumento das emendas parlamentares. Em seu parecer, o órgão disse não ver inconstitucionalidade na medida e pediu apenas um ajuste na redação da emenda constitucional para determinar que os parlamentares destinem metade dos recursos para a Saúde Pública, como já acontece em nível federal.

A Suprema Corte ainda aguarda manifestação da Procuradoria-Geral da República (PGR), antes de prosseguir com a análise da ação.



Segundo Dilmar, há resistência do presidente do União, o governador Mauro Mendes, em liberar filiados para sair da sigla

## UNIÃO BRASIL

A pedido do governador e presidente do partido, deputado tenta chegar a acordo com Fábio Garcia para definir candidatura a prefeito de Cuiabá

## Botelho insiste em buscar consenso

Da redação

Presidente da Assembleia Legislativa, o deputado estadual Eduardo Botelho se reuniu na tarde de segunda-feira, 27 de novembro, com o governador Mauro Mendes, ambos do mesmo partido, o União Brasil. Em meio à expectativa quando à permanência de Botelho no partido, o deputado garante que o encontro serviu apenas para debater a liberação das emendas parlamentares, no valor de R\$ 620 mil, para a realização da 13ª edição do Peladão.

Botelho disse que não tratou sobre sua saída do União Brasil, nem sobre a candidatura a prefeito de Cuiabá. Ele ainda aguarda uma outra reunião para tratar sobre o assunto. Mais cedo nesta segunda, o governador disse que Botelho é quem deve decidir a saída dele.

"O governador disse que era pra eu conversar com o Fábio e tentar, que eu fizesse uma tentativa de acordo com ele, pra ver se um de nós dois desistisse. Conversei com ele [Fábio], tentei convencer ele de desistir, e ele tentou convencer eu de desistir. Mas não houve acordo,



Botelho já teve reunião com Garcia, que se recusou a desistir da candidatura, e deve tentar novamente um acordo

ficou naquele impasse, nem pra lá, nem pra cá. E depois disso, não tive ainda agenda com o governador, estou aguardando. Porque a conversa do Mauro comigo foi somente ele pedindo pra eu procurar o Fábio e tentar uma conversa amigável, só foi isso.

Não teve nada a mais do que isso", afirmou.

Botelho disse que já pediu uma agenda com o governador antes do dia 30 de novembro, data em que Mauro deve embarcar para uma viagem oficial a Dubai, para participar da COP 28 - 28ª Conferência de

Mudanças Climáticas da Organização das Nações (ONU).

"Ele tem as prioridades dele, evidentemente que a prioridade é o Governo, ninguém discute isso, e assim que ele tiver um espaço, falou que vai me chamar. O que tenho a dizer é isso. Mauro

gostaria que eu tentasse uma [nova] conversa com o Fábio. Foi a única coisa que ele me falou, e eu tô tentando ainda. Conversamos, espero voltar a conversar novamente com ele [Fábio]", comentou.

Cortejado por outros partidos, o presidente da

Assembleia prefere resolver o impasse ainda neste ano, porque tem pessoas que desejam estar com ele na mesma legenda durante o pleito do próximo ano e ainda precisa ajudar a formar a chapa de vereadores. Botelho tem conversas avançadas para se filiar ao PSD, do senador Carlos Fávaro, que já lhe garantiu espaço para tocar sua candidatura a prefeito.

"Eu falei para o governador que nós temos que resolver esse ano. Foi uma conversa amigável. Quem tá querendo definir esse ano sou eu. Porque eu acho que nós temos que começar o ano que vem agrupando os possíveis candidatos a vereadores. Então, esses possíveis candidatos que querem vir comigo, eles têm que saber aonde que eu estou, pra vir no partido que eu estou, pra vir nos partidos que vão me apoiar. Isso é uma lógica de todos os candidatos. E isso, as filiações elas se encerram em março. Então, tem que ter um tempo pra você definir isso. Por isso que nós temos que definir esse ano. Não é imposição, não é nada, é questão da agenda eleitoral mesmo", finalizou.

## TUDO CERTO

## STF exclui ação contra auxílio-saúde do MP

Da redação

O ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal (STF), decidiu extinguir a ação movida pela Procuradoria-Geral da República (PGR) contra a ajuda de custo para despesas de saúde dos membros do Ministério Público de Mato Grosso (MP-MT). Em decisão proferida na segunda-feira, 27 de novembro, Fux aponta que a ação perdeu seu objeto.

A decisão se baseia na publicação de duas resoluções do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), que determinaram a instituição de programas de assistência à saúde complementar no Poder Judiciário e no Ministério Público.

"Assim, com o advento da referidas Resoluções, que determinaram a instituição de programas de assistência à saúde complementar para membros e servidores do Poder Judiciário e do Ministério Público, inclusive na forma de auxílio pecuniário de natureza indenizatória, resta superada a controvérsia respeito da suposta natureza remuneratória de referido auxílio e de sua compatibilidade com o regime remuneratório do subsídio", diz trecho da decisão.]

Na ação, a PGR argumentou que as despesas com saúde não decorriam do efetivo exercício do cargo público e, por isso, não dariam ensejo a indenização. Dessa forma, o auxílio-saúde assumiria uma natureza remuneratória, violan-

do o regime do subsídio, que impõe o pagamento da remuneração do trabalho ordinário dos agentes públicos em parcela única.

Porém, a edição das resoluções do CNJ e do CNMP modificou esse entendimento, o que já foi, inclusive, adotado pelo STF durante julgamento de uma ação semelhante que questionava o pagamento de auxílio-saúde aos membros do MP de Pernambuco.

"Saliente-se que objetivo da ação direta é a declaração, em tese, da inconstitucionalidade da norma e o seu consequente expurgo do ordenamento jurídico, de forma que a revogação ou alteração da norma impugnada, assim como do parâmetro de controle, implica a prejudicialidade da ação, por perda

de seu objeto", enfatizou Fux.

O auxílio-saúde para os membros do MP-MT foi criado pela lei nº 9.782/2012 e regulamentado pelo ato administrativo 924, editado

pela Procuradoria-Geral de Justiça em maio de 2020.

Atualmente, o valor de referência para o auxílio-saúde é de 10% do salário dos membros e servidores efetivos, com

um limite mínimo de R\$ 500. Já para os servidores comissionados, o valor de referência é de 10% do menor salário do cargo em comissão correspondente à jornada de 40h semanais.



Benefício para membros do MP foi estipulado em 10% do valor do salário

## CORTE DE INCENTIVOS

## Produtores cobram ação contra Moratória da Soja

Da redação

A Assembleia Legislativa realizou audiência pública para discutir moratórias da soja e da carne na tarde de segunda-feira (27). Participaram produtores rurais, prefeitos e representantes de organizações como Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso (Famat), Associação de Produtores de Soja (Aprosoja Brasil e Aprosoja MT), Associação dos Criadores de Mato Grosso (Acricmat), sindicatos rurais, entre outros.

A chamada moratória é um compromisso de empresas de não comprar soja e carne

produzidas em áreas de desmatamento no bioma amazônico, mesmo que feito de maneira legal. Multinationais de exportação de grãos e produção de óleo - por meio da Associação Brasileira das Indústrias de Óleo Vegetal (Abiove) e Associação Nacional dos Exportadores de Cereais (Anec) - fazem parte desse acordo comercial firmado com organizações não governamentais (ONGs) e governo federal. Frigoríficos também assumiram o mesmo compromisso por meio de termo de ajuste de conduta.

"Literalmente é um acordo comercial que se sobrepõe à legislação

brasileira, que é a mais restritiva do mundo no ponto de vista de preservação. Isso traz um prejuízo gigantesco para municípios que teriam a possibilidade de converter áreas e não podem em função desse acordo comercial", criticou o presidente da Aprosoja-MT, Fernando Cadore.

"Eu desmatei áreas, tudo aprovado pela Sema [Secretaria Estadual de Meio Ambiente] e pelo Ibama [Instituto Brasileiro de Recursos Naturais Renováveis], e agora não vou poder vender essa soja sendo que eu estou dentro da lei. Essas empresas estão indo contra a nossa lei, contra nos-

as legislações do estado do Mato Grosso e do Brasil", reclamou o presidente do Sindicato Rural de Primavera do Leste, Marcos Bravin.

"A pecuária se encontra na mesma situação, começou em 2009 com o nome termo de ajustamento de conduta, que os três maiores frigoríficos foram signatários. Também não existia ainda o novo Código Florestal, que permite a abertura de 20% da propriedade", expôs o diretor técnico da Acricmat, Francisco Manzi.

No mesmo sentido falou o deputado Valmir Moretto (Republicanos), coautor do requerimento da audiência. "O que

nós estamos buscando é o respeito pelo Código Florestal. Essa moratória é abusiva a nossas propriedades rurais. Não queremos passar a mão na cabeça de ninguém, nem proteger ninguém", afirmou.

Requerente da audiência, o deputado Gilberto Cattani (PL) defendeu a retirada de incentivos fiscais concedidos às empresas envolvidas no acordo comercial.

"Existem várias opções [para enfrentar a questão]. Uma delas é você não dar incentivo fiscal ou qualquer tipo de incentivo que venha do estado para essas empresas. É um absurdo que o governo do estado possa

estar dando incentivo a quem prejudica o mato-grossense. O segundo passo é você abrir esses mesmos incentivos a outras empresas que não participem desse conluio contra o produtor", sugeriu o parlamentar. Durante o encontro, também foi proposta a apresentação de uma reclamação no Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

Também participaram da discussão o deputado estadual em exercício Prof. Gilmar Miranda (Cidadania) e o deputado federal Coronel Assis (União), que se comprometeu a levar o assunto à Câmara dos Deputados, em Brasília.

**NOVELA SEM FIM**

Suprema Corte marcou para o dia 8 de dezembro uma nova sessão de julgamento virtual sobre as reeleições de Eduardo Botelho à Presidência da Casa

# STF volta a julgar reeleição na AL

Gilberto Leite

**Da redação**

O Supremo Tribunal Federal (STF) irá julgar entre os dias 8 e 18 de dezembro o processo que questiona as sucessivas reeleições do deputado estadual Eduardo Botelho (União) como presidente da Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT). O julgamento teve início no mês de julho de 2021 e não foi concluído até hoje. Nesse período, Botelho terminou o seu terceiro mandato de presidente e se reelegeu para o quarto.

A última tentativa de julgamento aconteceu no dia 15 de setembro. Porém, o caso foi adiado devido a um pedido de vista do ministro Dias Toffoli.

A ação contra a reeleição de Botelho foi proposta em fevereiro de 2021, pelo partido Rede Sustentabilidade, questionando a segunda reeleição consecutiva de Botelho para a presidência da Assembleia. Desde então, o STF já começou

a julgar o caso nove vezes no plenário virtual, sem chegar a uma conclusão.

O relator do processo, ministro Alexandre de Moraes, também já havia pedido vista do processo. Após longa análise, ele cedeu aos seus pares e decidiu unificar o entendimento do STF sobre a modulação da decisão que proibiu as reeleições sucessivas para o mesmo cargo na Mesa Diretora.

No julgamento da ADI 6.524, o STF decidiu que só pode haver uma única reeleição para o mesmo cargo na Mesa Diretora. A divergência se dava quanto ao início da validade da decisão e qual seria o fato a ser considerado.

Até agosto deste ano, Moraes defendia que deveria ser proibida a posse no terceiro mandato após a publicação da ata do julgamento da ADI 6.524, que ocorreu em 7 de janeiro de 2021. Por esse entendimento, Botelho não poderia sequer ter tomado posse



Ação foi proposta em 2021 para contestar a 2ª reeleição de Botelho como presidente, mas ainda não teve desfecho

de seu terceiro mandato de presidente, em fevereiro daquele ano.

Porém, esse entendimento não era compartilhado pelos demais ministros do STF, que divergiram do relator nos julgamentos de cinco ações semelhantes -

ADIs 6688, 6704, 6707, 6714 e 7016.

Nesses casos, a maioria dos ministros decidiu que deveriam ser preservadas as composições das Mesas Diretoras eleitas antes da publicação da ata do julgamento, livrando-

as do novo critério de inelegibilidade. Ou seja: o fato a ser considerado não era a data da posse, mas sim a data da eleição da Mesa.

Em seu novo voto, Moraes deixou claro que não concorda com isso, já que esse entendimen-

to mantém os efeitos que os ministros queriam suspender. Mesmo contrariado, ele decidiu seguir o entendimento dos demais ministros e aplicar a nova regra de inelegibilidade apenas para a próxima eleição da Mesa Diretora.

**CONCURSOS DA PM E CBM**

## AGU pede ao STF para acabar com cota feminina

**Da redação**

A Advocacia-Geral da União (AGU) se manifestou contra a reserva de vagas para mulheres nos concursos públicos da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militares de Mato Grosso. A manifestação foi protocolada na segunda-feira, 27 de novembro, junto à Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) que tenta acabar com essa reserva de vagas.

A ação questiona as leis complementares 529 e 530, ambas do Estado de Mato Grosso, que fixam porcentagem de 20% para candidatas mulheres nos concursos públicos da Polícia Militar e 10% para o Corpo de Bombeiros Militar.

No parecer, a AGU afirma que a Constituição Federal garante às mulheres igualdade de direitos e obrigações, reservando uma série de garantias fundamen-

tais, como o direito de não sofrer nenhum tratamento desigual nas relações pessoais e laborais devido ao gênero, bem como a igualdade de direitos e deveres. O órgão cita ainda que o acesso das mulheres aos cargos e empregos públicos e privados deve ser protegido e estimulado, nunca limitado ou impedido.

"Desse modo, constata-se que tal norma representa ofensa ao postulado da isonomia, visto que o legislador não apresentou qualquer argumento ou explicação a contextualizar e legitimar a referida cláusula de barreira", diz a ação.

A argumentação da AGU demonstra que o órgão entende o percentual como um limite máximo de vagas que podem ser ocupados pelas candidatas mulheres dentro de cada corporação. Mesmo entendi-

mento foi adotado pela Procuradoria-Geral da República, que se manifestou pela procedência da ação, para derrubar as leis estaduais.

A Advocacia-Geral da União aponta ainda que os ministros da Suprema Corte têm se posicionado a favor de regras que incentivem a participação de mulheres nas polícias militares, rejeitando quaisquer restrições de cunho sexista.

"Não por outro motivo, o Ministro CRISTIANO ZANIN, relator da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 7.433, ao apreciar o pedido de cautelar, concluiu que o percentual de 10% reservado às candidatas do sexo feminino nos concursos da Polícia Militar do Distrito Federal afrontaria os ditames constitucionais quanto à igualdade de gênero, cuja aplicação deve ser estendida ao exercício e preenchi-

mento de cargos públicos", argumenta.

No entanto, o Corpo de Bombeiros Militar afirmou ao STF que as leis estaduais buscam garantir um percentual mínimo de mulhe-

res nas corporações. Eles alegam que não se trata de um limite máximo de vagas para mulheres, mas sim um limite mínimo, como se fosse uma política afirmativa.

Já a Polícia Militar afirmou que a limitação era constitucional, pois o próprio Exército tem leis que limitam a participação feminina no concurso público.



AGU aponta que criação de limites para mulheres em concursos sem justificativa é inconstitucional

**REVOLTA NA OPOSIÇÃO**

## Coronel Assis critica indicação de Flávio Dino ao STF

Gilberto Leite



Segundo Assis, há um movimento na Câmara para barrar a ida de Flávio Dino para o STF

**Da redação**

Deputado federal Coronel Assis (União Brasil) disse ser contra a indicação do ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, para a vaga que aberta no Supremo Tribunal Federal (STF) após a aposentadoria da ministra Rosa Weber, em setembro. Dino é "homem forte" do governo e já tem o aval do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), mas ainda será submetido a uma sabatina no Congresso Nacional.

"É um direito e prerrogativa do presidente indicar a pessoa que ele entenda melhor ocupar a vaga no STF. Porém,

eu encaro com muita preocupação a ida do ministro da Justiça Flávio Dino para o STF. Ele promove ações antidemocráticas, não obedece a convocações do próprio Congresso Nacional, da Câmara dos Deputados ou das Comissões Temáticas, justamente para discutir e ouvi-lo a respeito do que lhe é feito na sua pasta", lamentou.

Assis revela a existência de um movimento na Câmara para vetar a ida de Flávio Dino ao STF. O parlamentar disse ainda que a notícia de que Luciane Barbosa de Farias, conhecida como a "dama do tráfico amazonense", parti-

cipou de duas reuniões na sede no Ministério da Justiça também irá pesar na sabatina dele no Congresso.

"Eu acredito que o Congresso vai reagir, tanto a Câmara quanto o Senado para tentar evitar isso, já existe um movimento, por parte dos deputados federais, no sentido de externar essa essa indicação que é preocupante, uma vez que tivemos há alguns dias o caso da 'dama do pó', né? Que estava lá em reuniões no Ministério da Justiça, com alguns assessores que não sofreram nenhuma suspensão, nem demissão ou exoneração", criticou.

## MOSQUITO MORTAL

A doença, causada pelo mosquito *Aedes aegypti*, infectou 25.096 mato-grossenses, elevando o estado à classificação de alto risco, com 99 municípios na lista

## Dengue já matou 21 pessoas

Da redação

O ano ainda não terminou, mas Mato Grosso já contabiliza 21 vítimas fatais da dengue. A doença, causada pelo mosquito *Aedes aegypti*, infectou 25.096 mato-grossenses, elevando o estado à classificação de alto risco, com 99 municípios na lista. Essas informações estão presentes no Informe Epidemiológico N°17, abrangendo a semana de 01 a 47, atualizado em 22 de novembro e divulgado pela Secretaria de Estado de Saúde (SES-MT).

Conforme as informações, o número de casos notificados neste ano é inferior ao registrado no mesmo período do ano passado. Em 2022, foram notificados 55.523 casos, enquanto, este ano, o número é de 44.612. Desse total, 27.105 são classificados como "casos prováveis", enquanto 25.096 já foram confirmados.

Quanto ao número de óbitos, o estado registrou 21 este ano, em comparação com 19 em 2022. Mato Grosso está investigando ainda se 8 óbitos também foram causados pelo mosquito.

As mortes já confirmadas ocorreram em Barra do Garças (1),



Em 2022, o número de casos de dengue notificado foi de 55.523, enquanto que, neste ano, 44.612

Campo Verde (1), Canabrava do Norte (1), Colíder (2), Diamantino (1), Figueirópolis d'Oeste (1), Gaúcha do Norte (1), Garantã do Norte (1), Juína (2), Nova Santa Helena (1), Novo Horizonte do Norte (1), Poxoréo (2), Primavera do Leste (2), Rondonópolis (2), Sapezal (1) e Sinop (1). A SES está investigando se os óbitos registrados em Campo Verde (1), Canabrava do Norte (1), Colniza (1), Cuiabá (1), General Carneiro (1), Lucas do Rio

Verde (1), Primavera do Leste (1) e Várzea Grande (1) foram causados pela doença.

Rondonópolis continua sendo o município com o maior número de casos prováveis, com 2.351, seguido por Cuiabá, com 1.323, e Tangará da Serra em terceiro, com 946.

**ZIKA E CHIKUNGUNYA** - No informe, os únicos municípios que aparecem com classificação de alto risco para Zika e Chikungunya são Nova Xavantina, com

incidência de 949,5 casos de Zika acumulados por 100 mil habitantes, e Vila Rica, com 367,4 casos de Chikungunya acumulados por 100 mil habitantes. Não há registros de óbitos pelo estado decorrentes das doenças citadas.

**CUIDADOS QUE SALVAM** - Conhecendo o ciclo de vida e os hábitos do *Aedes aegypti*, é possível estabelecer as medidas necessárias para combatê-lo e evitar a transmissão de dengue, zika, chikungunya e fe-

bre amarela. Veja as dicas abaixo:

1. Atente-se aos vasos de plantas

Coloque areia até a borda dos pratinhos para evitar o acúmulo de água. Alternativamente, lave-os uma vez por semana com sabão e escova.

2. Livre-se de objetos que acumulam água

Dê o destino correto a latas, garrafas, potes, pneus e qualquer outro tipo de objeto que possa servir como criadouro, optando pela reciclagem sempre que possível.

3. Armazene garrafas da forma correta

Se você deseja guardar garrafas e outros objetos que podem acumular água, armazene-os tampados ou com a boca para baixo.

4. Evite a contaminação de calhas e caixas-d'água

As calhas devem ser mantidas desobstruídas e livres de folhas e galhos, enquanto a caixa-d'água deve estar sempre bem tampada.

5. Higienize recipientes que armazenam água

Tanques, barris e tonéis utilizados para guardar água da chuva, por exemplo, devem ficar tampados e ser higienizados semanalmente com escova e sabão. As piscinas devem ser tratadas com cloro.

6. Tenha cuidado com o lixo

Amarre bem as sacolas e deposite-as em lixeiras fora do alcance de animais. Não jogue lixo em terrenos baldios.

7. Utilize proteção individual

As medidas coletivas de proteção podem ser complementadas com cuidados como o uso de repelentes e inseticidas, a instalação de mosquiteiros e telas em portas e janelas e a preferência por roupas de mangas compridas.

## INVESTIMENTO

## MT garante mais de 17 mil vagas para escolas em Tempo Integral

Da redação

O Ministério da Educação informou nesta semana que Mato Grosso tem 17.529 matrículas garantidas no projeto Escola em Tempo Integral do Governo Federal. Já foram repassados mais de R\$ 14 milhões para 75 municípios implementarem o estudo com carga ampliada. Ao todo, serão destinados R\$ 54,2 milhões, garantindo 8.996 matrículas na rede estadual e 8.533 na rede municipal.

Em Mato Grosso, Cuiabá é a cidade com o maior número de matrículas previstas no estado. São 1.178 e um valor total pactuado de R\$ 4,1 milhões. Na sequência dos cinco municípios com maior número de matrículas estão Várzea Grande (816), Rondonópolis (686), Sinop (504) e Sorriso (427).

No país como um todo, o Governo Federal já direcionou R\$ 799 milhões. Um total de 4.148 secretarias de educação — entre estados, o Distrito Federal e os municípios — recebem a verba. O programa pretende ampliar em 1 milhão o número de matrículas em tempo integral nas escolas de educação básica de todo o Brasil.

O investimento total ao longo do programa será de R\$ 4 bilhões e vai permitir que estados, municípios e o Distrito Federal possam expandir a oferta de jornada em tempo integral em suas redes. A meta é alcançar, até 2026, cerca de 3,2 milhões de matrículas.

"A escola em tempo integral não é só para aumentar a carga horária, mas acolher bem as pessoas, os alunos. É para dar oportunidade e valorizar o professor", afirma Camilo

Santana, ministro da Educação.

**SOBRE O PROGRAMA** - O programa abrange, em conjunto com o fomento financeiro, ações de assistência técnica às secretarias e comunidades escolares, com o objetivo de aprimorar o trabalho pedagógico da educação em uma perspectiva integral.

O programa considera, além do tempo e de sua ampliação, o uso dos espaços dentro e fora da escola, os diferentes saberes que compõem o currículo escolar, a articulação com os campos da saúde, cultura, esporte, ciência e tecnologia, meio ambiente e direitos humanos, entre outras estratégias para melhorar as condições de aprendizagem.

**REQUISITO** - São consideradas matrículas em tempo integral aquelas em que o estudante permanece na escola ou em atividades escolares por tempo igual, ou superior a sete horas diárias, ou a 35 horas semanais em dois turnos, sem sobreposição entre eles. Apenas as matrículas criadas ou convertidas em tempo integral a partir de 1º de janeiro de 2023 poderão ser contadas para fins de participação no programa.

**CADASTRO EM DIA** - O depósito é feito em uma conta-corrente específica aberta pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), autarquia do MEC, no Banco do Brasil. O Ministério da Educação alerta para que há secretarias com dados desatualizados, o que impede a transferência de recursos. Qualquer dúvida pode ser esclarecida pelos canais oficiais do FNDE, pelo telefone 0800 616161 (opção 1 para assuntos do FNDE) ou pelo e-mail [rpasse.cgauz.fnde.gov.br](mailto:rpasse.cgauz.fnde.gov.br).

## DESASTRE AMBIENTAL

## Rio 'seca' e Poconé fica sem água

Da redação

A falta de chuvas em Mato Grosso causou a seca de lagos e tanques em Poconé (103 km de Cuiabá), incluindo as nascentes do Jurumirim e os córregos afluentes do Rio Bento Gomes, que fornecem a água necessária para os mais de 31 mil habitantes do município. As imagens do Rio Bento Gomes mostram uma desolação indescritível. No local onde antes corria um rio caudaloso, agora resta apenas areia e pedra, com tufo de grama já crescendo sobre o antigo leito do rio.

Essa não é a primeira vez que o Bento Gomes seca e deixa a população de Poconé em apuros. Secas semelhantes já ocorreram em 2007 e em 2012. Porém, o rio passou a secar praticamente todos os anos a partir de 2017, durante o período de estiagem.

No site da Prefeitura, um comunicado pede aos moradores que registrem, por meio da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento do Estado de Mato Grosso (ARIS-MT), problemas relacionados à falta de abastecimento de água em suas residências. Eles afirmam estar cientes dos recentes problemas e reconhecem a importância desse recurso essencial, comprometendo-se a resolver a questão de forma eficaz. No entanto, o comunicado não detalha os esforços em andamento para atender à população.



Os moradores têm bebido água retirada de uma cava garimperia; um antigo e abandonado buraco aberto para garimpagem de ouro

A situação gerou preocupação entre o vereador por Poconé, Fábio Oliveira (União), e o deputado estadual Wilson Santos (PSD), que têm acompanhado a situação da seca na região.

Wilson afirma que os habitantes estão consumindo água retirada de uma cava abandonada por garimpeiros. O problema foi constatado durante uma visita ao município.

"O rio secou e a 'Águas de Poconé' decidiu captar a água de uma antiga cava de garimpagem, o que é perigoso. Suspeito que o produto possa estar contaminado por metais pesados, como chumbo e mercúrio, usados na extração de ouro", explicou.

Wilson esteve na sede da empresa, onde uma funcionária assegurou que a água é limpa,

e tratada com cloro e flúor. Ela afirmou que a qualidade da água é testada a cada hora, mas não pôde fornecer mais informações por falta de autorização da empresa.

"A seca do rio é provocada por ações climáticas, agressões à natureza e falta de preservação e manutenção do rio pelo poder público. Vamos investigar o que está acontecendo, levar o caso às autoridades competentes, como à Secretaria de Estado de Meio Ambiente, para que verifiquem o problema e tomem providências para evitar riscos à população. Estive com o prefeito Tatá Amaral (DEM), que disse não ter interesse em renovar a concessão com esta empresa por mais 15 anos", declarou.

Na última semana, Fábio solicitou às au-

toridades ambientais a análise do leito e das nascentes dos córregos de Poconé. O documento foi encaminhado à Secretaria Municipal de Meio Ambiente, à Secretaria de Meio Ambiente de Mato Grosso (SEMA-MT) e à Procuradoria de Justiça Especializada em Defesa Ambiental.

De acordo com o vereador, o volume das águas do Rio Bento Gomes vem diminuindo a cada ano. Além disso, verifica-se que lagos, tanques e outros córregos afluentes estão secos e sujos, com risco de perdas ambientais, turísticas, sociais e econômicas em Poconé. Com isso, o parlamentar pede que a Prefeitura decrete estado de calamidade pública e que o Ministério Público tome as providências necessárias diante do desastre ambiental.

**TERRA DE OPORTUNIDADES**

Apesar do saldo positivo em outubro, estado tem uma perda de fôlego na geração de empregos e ficou em 3º lugar no Centro-Oeste

**MT gera 1,8 mil postos de trabalho**

Gabriel Soares

A economia mato-grossense gerou 1.887 novos postos de trabalho em outubro, alcançando a marca de 891.641 pessoas trabalhando com carteira assinada em Mato Grosso. Os dados são do Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), divulgados pelo Ministério do Trabalho e Emprego na terça-feira, 28 de novembro.

O saldo do mês é resultado de 50.197 contratações contra 48.310 desligamentos. No ano, o número total de admissões soma 536.188, ao passo que 478.691 trabalhadores foram desligados. Desta forma, foram criadas 57.497 novas vagas de trabalho desde o início de 2023.

Apesar de o resultado de outubro ser positivo, ele representa uma diminuição no ritmo de crescimento do emprego em relação aos meses anteriores. O resultado de setembro representa o menor saldo de empregos desde março.

No mês anterior, setembro, Mato Grosso criou 4.410 novos empregos, apresentando o melhor desempenho entre os estados do Centro-Oeste. Já em outubro, Mato Grosso ficou com o terceiro lugar na geração de empregos no



Gilberto Leite

Construção e agropecuária foram os únicos setores que apresentaram redução no saldo de vagas de trabalho em outubro

Centro-Oeste, ultrapassado pelo vizinho Mato Grosso do Sul e pelo Distrito Federal.

Por outro lado, o resultado de outubro representa um grande crescimento na comparação com o mesmo mês de 2022, quando Mato Grosso criou apenas 800 postos de trabalho.

O município de Várzea Grande foi o responsável pelo maior saldo de empregos formais em Mato Grosso no último mês. Foram 677 vagas criadas, resultado de 3,2

mil admissões e 2,5 mil demissões. Com isso, o estoque total de pessoas com carteira assinada chegou a 51,2 mil na cidade.

Capital do estado, Cuiabá ficou em segundo lugar no saldo de empregos, com 514 novos postos de trabalho. Na sequência aparecem Sinop (462), Rondonópolis (406) e Água Boa (153).

**POR SETORES** - Levando em conta os cinco setores analisados pelo Novo Caged, Mato Gros-

so teve saldo positivo em três. Foram 1.078 vagas criadas no setor de Comércio, 842 em Serviços e 409 em Indústria. As variações negativas foram registradas na Agropecuária, que fechou 305 postos de trabalho, e na Construção, com -139.

**DADOS NACIONAIS** - O Brasil fechou outubro de 2023 com um saldo de 190.366 vagas formais de trabalho. No período, houve 1,94 milhão de admissões e 1,75 milhão de desligamentos.

São mais de 30 mil empregos a mais do que os gerados em outubro de 2022. Desde o início do ano, o país acumula saldo de quase 1,8 milhão de empregos formais. A variação em dez meses é positiva nos cinco grandes setores da economia e nas 27 unidades da Federação.

Os dados do Novo Caged indicam também que o estoque total, ou seja, o número de brasileiros que estavam trabalhando com carteira assinada em outubro de 2023,

chegou a 44,22 milhões, o maior já registrado na série histórica levando em conta tanto o período do Caged (junho de 2002 a 2019) quanto do Novo Caged (a partir de 2020). Em outubro, a variação foi positiva em quatro dos cinco setores e em 26 das 27 unidades federativas.

O maior crescimento do emprego formal ocorreu no setor de Serviços, com saldo de 109.939 postos formais de trabalho. Destacam-se áreas como informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas (saldo de 65.128).

A Agropecuária foi o único setor que gerou saldo negativo (-1.656), decorrente da desmobilização do café (-2.850), do cultivo de alho (-1.677), de batata-inglesa (-1.233) e de cebola (-1.138), que superaram o aumento na Produção de Sementes (+4.088).

**SALÁRIOS** - Segundo dados do governo federal, o salário médio real de admissão foi de R\$ 2.029,33, apresentando estabilidade com redução de R\$ 5,18 (-0,3%) em comparação com o valor corrigido de setembro (R\$ 2.034,51). Já em comparação com o mesmo mês do ano anterior, o ganho real foi de R\$ 16,34 (0,8%).

**EXPECTATIVA ELEVADA****Natal deve movimentar R\$ 2 bilhões no comércio**

Da redação

As compras de presentes para o Natal deste ano devem movimentar R\$ 2,05 bilhões no comércio de Mato Grosso. A estimativa foi feita por uma pesquisa do Núcleo de Inteligência de Mercado da Câmara de Dirigentes e Lojistas (CDL Cuiabá), que indicou que os consumidores devem gastar, em média, R\$ 1.252,59 com os presentes, um valor maior que o desembolsado no Natal do ano passado.

Fábio Granja, superintendente da CDL Cuiabá e responsável pelo núcleo, explicou que os dados apresentados constata a expectativa de alta de 14,86% nas vendas, descontada a inflação de 2023, em relação com o mesmo período do ano passado.

"Neste ano, o valor médio gasto nos presentes obteve alta de 24,93%. Com mais de 1,64 milhão de pessoas percorrendo pelos corredores comerciais do Estado, a estimativa é termos um movimento de mais de R\$ 2,05 bilhões em gastos, o que faz do período natalino o principal em vendas do ano", afirmou ele.

A expectativa de crescimento é reforçada por um estudo realizado pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). Os dados da CNC foram anali-

sados pelo Instituto de Pesquisa e Análise da Fecomércio Mato Grosso (IPF-MT) e mostram um aumento de 1,8% na Intenção de Consumo das Famílias em novembro, na comparação com o mês anterior, atingindo 104,3 pontos e permanecendo, inclusive, na margem de satisfação do índice pelo terceiro mês consecutivo.

A pontuação atual também é bem superior no comparativo com o mesmo mês do ano passado, quando somava 77,7 pontos, em margem de insatisfação. O crescimento no período, segundo análise do instituto, está 34,2% superior e é o maior desde março de 2015.

"A permanência na zona de satisfação também contribui na confiança dos empresários, não somente de Cuiabá, mas do estado, que veem este período do ano como um dos melhores para elevarem o faturamento, em razão das datas comemorativas que se aproximam", aponta José Wenceslau de Souza Júnior, presidente da Fecomércio-MT.

A pesquisa da CDL aponta ainda que, os principais presentes nesta data serão os familiares, sendo filhos (23,9%), esposo(a) (20,4%), mãe (18,2%), pai (13,6%), sobrinho(s) (5,5%), irmão(ã) (3,8%), seguidos por namorado(a) (1,8%), amigos

(1,7%) e outros (11,1%), os mais lembrados.

Para 57,6% dos consumidores, a principal forma de pagamento ocorrerá pelo meio parcelado, com destaque para: cartão de crédito (80,9%), crediário (13,7%) e boleto (5,4%). E para quem optou por pagar à vista, os destaques são: cartão de débito (35,8%), dinheiro (32,1%) e PIX/transfêrencia (32,1%). Sobre o planejamento para comprar, 72,9% dos entrevistados ainda não começaram a pesquisar seus presentes e sobre quando pretendem comprar, 73,2% pretendem na semana do Natal, somente 25,1% comprarão antes da última semana da principal data do varejo brasileiro.

No entanto, a pesquisa também revela que os presentes mais desejados na hora da compra são: roupas e calçados (47,8%), brinquedos/pelúcia (16,1%), produtos de beleza (15,7%), celulares/smartphones (4,9%), artigos esportivos (3,5%), eletrodomésticos (3,4%), móveis em geral (2,5%), acessórios (2,1%), itens para decoração de casa (1,2%), viagens (0,5%), itens para decoração (0,5%), livros (0,4%) e outros (1,4%). A média de presentes apresentada ficou em 4 itens.

Para Granja, o Natal de 2023 será o melhor dos últimos cinco anos, tanto para o comércio

quanto para o turismo e entretenimento.

"Tivemos incremento nas vendas em todas

as datas comemorativas de 2023 e com o Natal não será diferente, ainda mais com os da-

dos apresentados pela pesquisa, a expectativa torna-se ainda maior", concluiu.

**CASA DOS VIDROS**  
www.casadosvidrosmt.com.br

Estamos no mercado desde 1991 atuando no ramo vidreira. Nossa maior prioridade é a satisfação de nossos clientes, buscando cada vez mais a excelência em nossos produtos e qualificando nossos profissionais.

**Esquadrias de ALUMÍNIO**

**NOSSAS LINHAS:**

- ⊗ Suprema
- ⊗ Gold
- ⊗ 30 Infinite
- ⊗ 42 Reforçada

**NOSSAS CORES:**

- ⊗ Bronze
- ⊗ Branco
- ⊗ Prata Fosco
- ⊗ Amarelado
- ⊗ Preto

**SERRALHERIA COMPLETA**  
Máquinas de última geração

**Vidraçaria & Serralheria**

Todos os nossos produtos são fabricados com equipamentos de última geração e com a mais alta tecnologia. A utilização de matéria prima da melhor qualidade garante a durabilidade dos nossos produtos.

**NOSSOS PRODUTOS**

- ⊗ Envidraçamento de Sacadas
- ⊗ Box para Banheiro
- ⊗ Espelhos
- ⊗ Coberturas de Vidro
- ⊗ Guarda-Corpo de Vidro
- ⊗ Esquadrias de Alumínio
- ⊗ E muito mais...

Fale Conosco  
**(65) 3642-3344**  
Ligue agora!

Av. Gonçalo Antunes de Barros, 285  
Bosque da Saúde, Cuiabá - MT, 78050-175  
www.casadosvidrosmt.com.br

## QUEBRA DA SOJA

Estiagem prolongada e onda de calor causam estragos nas lavouras e devem derrubar produtividade; produtores já cogitam migrar para o algodão

## 4% da área precisa ser replantada

Marcos Vergueiro/Secom-MT

Gabriel Soares

Pouco mais de 4% da área prevista para plantio da soja em Mato Grosso terá de ser replantada devido à estiagem prolongada que assolou o estado nos últimos meses. A estimativa foi feita pelo Instituto Mato-grossense de Economia Agropecuária (Imea), que também prevê a possibilidade de redução do potencial produtivo das lavouras, que tiveram seu ciclo encurtado pela falta de chuvas e calor excessivo.

Inicialmente, o Imea projetava uma área plantada de 12,2 milhões de hectares em Mato Grosso, com produtividade estimada em 59,7 sacas por hectare, o que resultaria na produção de 43,78 milhões de toneladas de soja. Os números ainda não foram revisados pelo Instituto.

“No entanto, segundo os informantes do Instituto, algumas áreas poderão não ser replantadas com soja devido aos custos adicionais ou, para os produtores que fazem algodão em segunda safra, destinar

parte da área para o cultivo da fibra, visto a necessidade de produzir e cumprir os contratos já firmados”, diz trecho do relatório do Imea.

O plantio da soja na temporada 2023/24 é o mais atrasado dos últimos cinco anos, mas foi acelerado nas últimas semanas devido às chuvas. Até o dia 24 de novembro, o plantio estava em 98,4% da área prevista, sendo as regiões Centro-Sul e Sudeste de Mato Grosso as mais atrasadas em relação à safra anterior.

O clima deve melhorar nas próximas semanas, segundo o Imea, dando condições para os produtores recuperarem parte do prejuízo. Tomando por base os relatórios da Administração Oceânica e Atmosférica Nacional dos EUA (NOAA, na sigla em inglês), o Imea aponta que o volume de chuvas deve crescer, para algo em torno de 35 a 45mm, o que deve aliviar o estresse hídrico em algumas regiões.

**QUEBRA DE SAFRA** – A redução da produção de soja nesta temporada

já é um consenso entre os especialistas do setor. Eles só não conseguiram mensurar a dimensão desse impacto porque ainda está cedo para tomar os dados e fazer novas projeções. Porém, o presidente eleito da Associação dos Produtores de Soja e Milho de Mato Grosso (Aprosoja-MT), Lucas Costa Beber, já antecipou que a quebra da safra deve passar de 10%.

“O período de estiagem atrasou o plantio da soja. Nós viemos de uma excelente produção da soja, mas nós devemos ter aí uma queda acentuada. Ainda é difícil contabilizar, porque está muito cedo, mas podem passar dos 10% as perdas, se o clima persistir da maneira que está. E nós podemos ter uma redução no plantio da área de milho, por inviabilizar, por estar fora da janela. E, mesmo assim, a gente acredita que muitos produtores vão insistir, porém, com alto risco de não produzir dentro do esperado”, disse Lucas, em conversa com jornalistas na última semana.



Em vez de replantar, alguns produtores cogitam antecipar o plantio do algodão para cumprir seus contratos

Devido ao atraso no plantio e às perdas já registradas, alguns produtores já desistiram da safra de soja e se preparam para antecipar a semeadura do algodão. Essa mudança traz o risco de perder a produção de soja, mas pode compensar para o produtor porque o algodão produz mais pluma por hecta-

re quando plantado em dezembro, em vez de janeiro, na segunda safra.

“Ainda é difícil contabilizar, mas a gente tem, por exemplo, relatos de produtores de áreas de mais de 4 mil hectares que vão deixar de plantar. Vários produtores, áreas bem significativas, que vão deixar de plantar a soja já por estar fora da

janela e vai diretamente para o algodão, ou seja, a área que não vai produzir soja também. Mas é difícil contabilizar hoje porque o nosso estado é muito grande, muito manchado, tem muitas realidades. Praticamente, Mato Grosso a gente tem que tratar como um país e não como um estado”, relatou.

## ESCOLARIZAÇÃO

## Cresce número de pessoas graduadas subempregadas

Agência Brasil

O número de pessoas ocupadas que têm ensino superior completo cresceu 15,5%, entre 2019 e 2022, revela análise do Departamento Inter-sindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), com base em dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A alta, no entanto, é maior em ocupações que não exigem esse nível de escolaridade.

O levantamento aponta aumento de 22%

no percentual de pessoas com nível superior trabalhando como balconistas ou vendedores de loja. Também cresceu 45% o número de pessoas com nível superior completo trabalhando como profissionais de nível médio de enfermagem.

O número de ocupados com ensino médio completo cresceu 7,1% e o número total de ocupados aumentou 4%.

“Nesse sentido, o aumento de ocupados com maiores níveis de instrução acompanhou a ampliação da escolaridade da sociedade brasileira como um todo”, diz

o Dieese, que produziu um recorte para motoristas e entregadores por aplicativo.

Dos 704 mil motoristas de aplicativo, cerca de 86 mil têm ensino superior completo, excluindo os taxistas. O maior número é de profissionais com ensino médio completo (461 mil). Entre os entregadores, do total de 589 mil, cerca de 70 mil completaram o curso superior.

**ESCOLARIZAÇÃO** – A tendência reflete o aumento (14,9%) do número de pessoas em idade ativa, ou seja, de 14 anos de idade ou mais, com ensino superior

completo, na comparação entre 2019 e de 2022. Isso equivale a cerca de 3,7 milhões a mais pessoas com tal qualificação.

O maior crescimento percentual foi no ensino superior. No ensino médio completo, a quantidade de pessoas em idade ativa que atingiram esse nível de escolaridade cresceu 5,9% no mesmo período. Entre os que têm ensino fundamental completo, houve queda de 4,6%. O total de pessoas de 14 anos ou mais subiu 2,9%.

O Dieese destaca, no boletim, que o fenômeno do aumento da esco-

larização, especialmente no ensino superior, já ocorre há vários anos em decorrência da ampliação das universidades públicas e de programas federais de acesso e financiamento às universidades privadas, principalmente a partir do início dos anos 2000.

“Porém, percebe-se cotidianamente a dificuldade das pessoas com diploma de nível superior de conseguir algum trabalho compatível com essa escolaridade, devido aos problemas estruturais da economia brasileira, que apresenta crises recorrentes e baixo crescimento, espe-

cialmente nos últimos anos”, diz o texto.

**RENDIMENTOS** – O rendimento médio, no entanto, caiu 0,5% para o total de ocupados. Entre os que têm ensino médio completo, a queda do rendimento real foi de 2,5% e, entre aqueles com ensino superior completo, de 8,7%.

No total de ocupados, o valor caiu de R\$ 2.834 para R\$ 2.819. Entre os ocupados com ensino médio completo, a média ficou em R\$ 2.140 no ano passado e, em 2019, era de R\$ 2.196. Entre aqueles com ensino superior completo os ganhos baixaram de R\$ 6.188 para R\$ 5.650.

## REVOLTA NO AGRO

## 'Moratória parece cartel', diz vice da Aprosoja

Gilberto Leite

Gabriel Soares

O presidente eleito da Associação dos Produtores de Soja e Milho de Mato Grosso (Aprosoja-MT), Lucas Costa Beber, criticou a iniciativa conhecida como 'Moratória da Soja', que restringe a compra de grãos produzidos em áreas da Amazônia que foram desmatadas após o ano de 2008, mesmo aquelas que respeitam o Código Ambiental Brasileiro, que permite o uso de 20% das terras localizadas na Amazônia.

Em conversa com jornalistas, Lucas apontou que, como as empresas que aderiram à Moratória da Soja representam cerca de 90% dos compradores em Mato Grosso, a iniciativa parece uma formação de cartel.

“É um acordo que vai além, porque ele interfere até no direito de propriedade. Quando a gente fala, hoje, a união dessas empresas que estão aderindo à moratória é mais de 90% do mer-

cado. Então, isso chama atenção, teoricamente, a um monopólio, podendo ser até, como se diz a gente, pode ser até considerado um cartel toda essa união que restringe para esses produtores, que não têm opção. E, detalhe, muitos pequenos e micro produtores estão sendo afetados também, ou seja, pode inviabilizar que eles continuem na atividade”, afirmou.

Durante a semana, representantes do agronegócio se reuniram com o governador Mauro Mendes (União) e com prefeitos de mais de 100 municípios de Mato Grosso para pedir uma iniciativa do Estado contra a Moratória da Soja. Na ocasião, o governador anunciou que adotará medidas contra as empresas que promoverem embargos à soja de Mato Grosso. Em um primeiro momento, essas medidas serão tomadas na base do diálogo. Porém, se não houver avanços, o governador já ameaçou cortar os bene-

fícios fiscais concedidos a essas empresas.

Ao comentar a atitude do governador, Lucas afirmou que Mauro agiu corretamente em defesa do agronegócio, que é o carro-chefe da economia mato-grossense. Ele ressaltou que a própria legislação ambiental brasileira, que é uma das mais rígidas do mundo, permite o desmate de até 20% das propriedades localizadas na Amazônia. Porém, essas empresas não estariam respeitando a lei ambiental, o que Lucas classifica como uma ameaça à soberania nacional.

“Acho que o governador mais do que está fazendo é defender a soberania nacional, porque nós temos a legislação mais rígida, mais moderna e mais rígida do meio ambiente do mundo, inclusive ela, teoricamente, penaliza, que o produtor conserve áreas que poderiam ser agricultáveis. Então, o produtor já paga um preço caro por isso, né? E a Moratória da Soja nada

mais é do que um acordo comercial entre empresas que tem vantagens econômicas e não fazem esse repasse para os produtores”, afirmou.

Segundo o futuro presidente da Aprosoja, as empresas que aderiram à Moratória estariam fazendo exigências desproporcionais contra os produtores, cobrando até mesmo por problemas envolvendo familiares deles.

“Elas têm penalização acima das áreas que realmente entrariam na moratória, porque, teoricamente, ela deveria ocorrer somente nas áreas que têm o problema e a gente sabe que, na prática, eles exigem, às vezes, do CPF do produtor, do parente que tenha um armazém próximo”, pontuou.

Em vigor há quase 20 anos, a Moratória da Soja sempre foi criticada pelos produtores, mas agora ganha um novo tom, já que o Governo tomou para si a responsabilidade de reverter a situação.



Lucas Beber aponta que empresas da Moratória da Soja representam cerca de 90% do mercado e fazem cobranças desproporcionais